

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS VILHENA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – EAD

EMANUELLE DO CARMO OLIVEIRA

**GESTÃO PÚBLICA E SUS: DILEMAS E DESAFIOS PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE**

VILHENA 2025

EMANUELLE DO CARMO OLIVEIRA

**GESTÃO PÚBLICA E SUS: DILEMAS E DESAFIOS PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Vilhena, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Mestre Glicerinaldo de Sousa Gomes.

VILHENA

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Oliveira, Emanuelle do Carmo.

Gestão pública e SUS: dilemas e desafios para a consolidação do direito à saúde / Emanuelle do Carmo Oliveira. - Vilhena, 2026.
16 f.

Orientador(a): Prof. Me. Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Vilhena, 2026.

1. Gestão Pública. 2. Aprimoramento administrativo. 3. Saúde pública. 4. Políticas de Saúde. 5. Qualidade dos serviços. I. Gomes, Glicerinaldo de Sousa (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.


Bibliotecário(a) Responsável: Rosilene Maria do Couto Marques, CRB-11/321

EMANUELLE DO CARMO DE OLIVEIRA

**GESTÃO PÚBLICA E SUS: DILEMAS E DESAFIOS PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Vilhena, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Mestre Glicerinaldo de Sousa Gomes.


Aprovado em: 27/11/2025 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **GLICERINALDO DE SOUSA GOMES**
Data: 02/01/2026 23:40:09-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Glicerinaldo de Sousa Gomes
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **GISELY STORCH DO NASCIMENTO**
Data: 05/01/2026 19:17:56-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Gisely Storch do Nascimento
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO WENDERSON PEREIRA DE SOUZA**
Data: 28/01/2026 09:12:37-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Francisco Wenderson Pereira de Souza
Membro da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Deus, que em Sua infinita bondade me deu forças para continuar.

Ao meu pai, que com muita dificuldade no início me levava para realizar as provas, sempre presente e dedicado em cada passo da minha jornada.

À minha mãe, que intercedia por nós com orações cheias de fé e carinho. À minha família, que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu duvidei.

E a todos que, com palavras, gestos e orações, contribuíram para essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força durante toda essa caminhada. Aos meus pais, pela dedicação e apoio.

À minha família, amigos e professores, pelo incentivo e suporte. À todos que colaboraram para a realização deste trabalho.

GESTÃO PÚBLICA E SUS: DILEMAS E DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade estudar a gestão pública do Sistema Único de Saúde (SUS), identificando os principais desafios enfrentados e as possibilidades para o desenvolvimento de um sistema de saúde eficiente e igualitário. O SUS, criado pela Constituição de 1988, representa um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, garantindo acesso universal e gratuito à população brasileira. Contudo, a gestão pública do sistema enfrenta inúmeros desafios, como a má distribuição de recursos, a desestruturação dos serviços, a falta de planejamento e de políticas públicas eficazes. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Conclui-se que a melhoria da gestão pública do SUS depende do reconhecimento dos profissionais de saúde, do aprimoramento da administração pública e do desenvolvimento do controle social e da participação popular.

Palavras-chave: Gestão Pública. Aprimoramento administrativo. Saúde pública. Políticas de Saúde. Qualidade dos serviços.

ABSTRACT

This study aims to examine the public management of the Brazilian Unified Health System (SUS), identifying the main challenges faced and the possibilities for developing an efficient and equitable healthcare system. Created by the 1988 Constitution, SUS is one of the largest public health systems in the world, ensuring universal and free access to the Brazilian population. However, the system's public management faces numerous challenges, such as the poor distribution of resources, the disorganization of services, the lack of planning, and the absence of effective public policies. This research adopts a qualitative approach based on bibliographic review and document analysis. It is concluded that improving SUS public management depends on recognizing the role of healthcare professionals, enhancing public administration, and strengthening social control and public participation.

KEYWORDS: Public Management. Administrative Improvement. Public Health. Health Policies. Service Quality.

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui-se como uma das principais políticas públicas brasileiras, tendo como base o princípio da universalização do acesso à saúde. Desde sua criação com a Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 8.080/1990, o SUS passou a representar um símbolo do compromisso do Estado com o bem-estar da população. Essas leis estabelecem as condições para proteção e recuperação da saúde, bem como a participação social e a organização do sistema.

No entanto, sua efetivação prática apresenta desafios, principalmente na área da gestão pública, que lida com desafios vinculados à restrição de recursos, às desigualdades entre regiões e a busca por maior eficiência administrativa.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a estrutura de gestão do SUS, seus desafios e as possibilidades de aprimoramento na administração dos serviços de saúde no Brasil. Torna-se importante identificar os desafios e as possibilidades do sistema, favorecendo as análises que fundamentam estratégias de inovação e melhoria na gestão pública; evidenciar as estratégias de gestão usualmente adotadas e apontar caminhos para a melhoria constante da gestão do SUS.

A escolha deste tema se justifica pela importância do SUS enquanto política pública que assegura o direito constitucional à saúde. Além disso, o entendimento dos mecanismos que compõem o SUS é indispensável não só para a reflexão acadêmica quanto para a sociedade, considerando que o sistema abrange milhões de cidadãos e tem função estratégica na redução das desigualdades em saúde.

Compreender a gestão do SUS é reconhecer que os desafios enfrentados pelo sistema não são apenas falhas administrativas, mas expressões de desigualdades históricas e de escolhas políticas que moldam o modo como a saúde pública é organizada no Brasil.

A cada obstáculo enfrentado no financiamento, a cada dificuldade de integração federativa e a cada barreira estrutural, evidencia-se que a gestão em saúde não se limita a processos técnicos: ela é profundamente humana e social.

Assim, reflito que aprimorar o SUS exige não apenas eficiência, mas também sensibilidade, compromisso ético e responsabilidade coletiva — pois gerir saúde é, antes de tudo, gerir vidas, territórios e realidades tão diversas quanto a própria população brasileira. A gestão pública, nesse contexto, torna-se um exercício

permanente de equilíbrio entre limites concretos e possibilidades de transformação, desafiando-nos a pensar o SUS como um projeto vivo em constante construção.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão pública do Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser compreendida como a organização do Estado brasileiro e a institucionalização das políticas sociais. A Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental nesse processo, porque na introdução do SUS ele fundou uma nova organização lógica para o sistema de saúde, fundada em princípio.

A seguir, abordam-se os principais fundamentos constitucionais e legais que estruturam o SUS, além das diretrizes que orientam sua organização e os desafios encontrados na prática da gestão pública.

2.1 O SUS e sua Definição Constitucional

A Constituição de 1988 instituiu o SUS como um sistema de saúde público, gratuito e universal. O artigo 196 define que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. A trajetória do SUS é resultado de um movimento social amplo, que buscou garantir o acesso à saúde como um direito fundamental.

A gestão das ações e dos serviços deve ser democrática e descentralizada. O Sistema Único de Saúde (SUS) vai muito além da assistência médico-hospitalar. Ele atua de forma ampla em todo o país, prevenindo doenças através de vacinações e controle de doenças.

Além de também realizar vigilância sanitária constante em ambientes, locais de trabalho e estabelecimentos, e monitorar o saneamento e a higiene. É responsável por regulamentar medicamentos e equipamentos e estabelecer padrões para proteger a saúde da população.

Entre seus princípios estão a universalidade, integralidade e equidade. As diretrizes organizacionais incluem descentralização, regionalização e hierarquização e participação da comunidade. Esses princípios refletem a compreensão ampliada do que é o direito à saúde e como ele deve ser garantido:

- **Universalidade:** Significa que a saúde é um direito de todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer distinção ou discriminação (raça, sexo, religião, renda, ocupação, etc.). O acesso às ações e serviços de saúde deve ser garantido para todos;
- **Integralidade:** Compreende a pessoa como um todo, considerando suas esferas física, emocional e social. O cuidado à saúde deve ser completo, desde a prevenção até a recuperação do paciente.
- **Equidade:** Busca diminuir as desigualdades, tratando os desiguais de forma desigual para que, de fato, todos tenham o mesmo direito à saúde. Isso significa oferecer mais a quem mais precisa.

Essas diretrizes estabelecem como o SUS deve ser estruturado e operacionalizado para colocar os princípios doutrinários em prática:

- **Descentralização com Comando Único:** O SUS é organizado de forma descentralizada, ou seja, a gestão e a execução das ações de saúde são distribuídas entre as três esferas de governo – União, estados e municípios. Cada esfera tem autonomia e responsabilidade pela gestão em seu território, com uma direção única em cada nível.
- **Regionalização e Hierarquização:** A rede de serviços de saúde é organizada em regiões de saúde, com níveis de complexidade crescentes. A hierarquização garante que a população tenha acesso a serviços de diferentes complexidades de forma organizada.
- **Participação da Comunidade:** Isso se dá por meio dos Conselhos de Saúde das Conferências de Saúde, que reúnem representantes para que as decisões sejam tomadas com a voz da sociedade.

2.2 O Papel da Gestão Pública na Administração do SUS Falta de Financiamento e uso Inadequado dos Recursos

A gestão pública é o mecanismo pelo qual o Estado organiza, planeja e executa ações de saúde. O sucesso do SUS depende de um sistema de gestão eficiente e responsável.

É crucial para transformar os princípios e diretrizes do sistema em realidade e garantir o direito universal à saúde no Brasil. Envolve planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, monitorar e avaliar todas as ações e serviços de saúde.

Apesar de ser uma política pública de grande alcance social, a gestão pública no SUS enfrenta diversos desafios, como a falta de financiamento, a necessidade de melhoria na infraestrutura, a falta de integração entre os níveis de governo, a má distribuição de profissionais e a complexidade de gestão de um sistema tão vasto e diverso.

O subfinanciamento crônico do SUS é um desafio histórico e tem sido amplamente apontado em relatórios do Ministério da Saúde, da Fiocruz e em estudos de pesquisadores como Paim (2009) e Rezende (2018). A insuficiência de recursos financeiros compromete a qualidade dos serviços, pois os recursos destinados à saúde pública no Brasil, não são suficientes para atender às demandas de uma população tão vasta. Além disso, há distribuição inadequada e desperdício de verbas públicas, como a burocracia excessiva, má gestão e também a corrupção.

Os dados orçamentários analisados revelam uma dependência crescente dos repasses federais, enquanto os estados e municípios enfrentam dificuldades para complementar o financiamento da saúde. Essa situação afeta principalmente regiões com menor capacidade arrecadatória, como o Norte e o Nordeste, onde as desigualdades sociais e geográficas tornam ainda mais complexa a garantia da atenção integral à saúde.

Assim, o problema do financiamento vai além da simples escassez de verbas: ele envolve também a gestão eficiente dos recursos públicos, a definição de prioridades e a adoção de mecanismos que garantam maior transparência e controle social sobre os gastos na saúde.

2.3 A Falta de Integração entre os Níveis de Governo e Déficit de Profissionais e Infraestrutura

A descentralização é um princípio fundamental do SUS, mas sua efetividade depende de coordenação e integração entre as esferas de governo. No entanto, estudos e documentos do Ministério da Saúde (2015) apontam que a articulação entre os níveis federal, estadual e municipal ainda apresenta fragilidades significativas.

A atuação descoordenada entre União, estados e municípios compromete a eficiência do sistema, resultando em problemas como dispersão da rede de serviços, desigualdades regionais e duplicação de ações.

Embora a descentralização tenha ampliado a autonomia dos municípios na execução das políticas de saúde, a coordenação federativa nem sempre ocorre de forma eficaz. Essa fragmentação provoca sobreposição de iniciativas, desperdício de recursos públicos e dificuldades na continuidade do atendimento, prejudicando a articulação dos serviços de saúde e, conseqüentemente, o acesso integral da população.

Dessa forma, o fortalecimento da cooperação interfederativa e da regionalização da rede de atenção à saúde é essencial para garantir a eficiência do SUS. Isso requer planejamento conjunto, pactuação clara de responsabilidades e mecanismos de avaliação e monitoramento que assegurem a integração real entre as esferas de governo.

O déficit de profissionais de saúde e as deficiências estruturais das unidades de atendimento representam um dos principais desafios da gestão pública do SUS. De acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e estudos da Fiocruz (2020), observa-se uma acentuada desigualdade na distribuição de médicos, enfermeiros e demais profissionais entre as diferentes regiões do país.

Muitos municípios enfrentam dificuldades para manter equipes completas, em razão da escassez quantitativa de trabalhadores, da má distribuição geográfica e da baixa fixação de profissionais em áreas mais afastadas e vulneráveis.

Além disso, é comum encontrar hospitais e unidades básicas de saúde em condições precárias, com infraestrutura física inadequada, escassez de equipamentos e falta de manutenção periódica. Tais deficiências estruturais estão frequentemente associadas à ausência de planejamento estratégico e à carência de gestão técnica qualificada, evidenciando a necessidade de formação e capacitação contínua de gestores públicos em saúde. A valorização desses profissionais é essencial para que possam lidar com as demandas complexas do sistema e promover uma administração mais eficiente, equitativa e humanizada.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e geográfica. Buscou-se compreender os desafios enfrentados pela gestão pública do

Sistema Único de Saúde (SUS), analisando aspectos administrativos, estruturais e territoriais que influenciam sua efetividade no Brasil.

A pesquisa foi desenvolvida com base na análise de fontes secundárias, obtidas em livros, artigos científicos, legislações, relatórios oficiais e publicações institucionais, especialmente do Ministério da Saúde, da Fiocruz e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses materiais possibilitam compreender a trajetória, a estrutura e os desafios da gestão do SUS em âmbito nacional e regional.

O estudo adotou uma abordagem geográfica, buscando compreender como os fatores territoriais e as desigualdades regionais impactam a organização e o funcionamento do sistema.

Os dados coletados foram interpretados por meio de análise qualitativa e descritiva, permitindo identificar padrões e relações entre as condições administrativas e territoriais que influenciam o desempenho da gestão pública em saúde. Dessa forma, o trabalho não envolve a aplicação de questionários ou entrevistas, baseando-se exclusivamente na análise documental e em informações de domínio público.

Dessa forma, a metodologia utilizada fundamenta-se na interpretação crítica de dados secundários, com enfoque geográfico e analítico, visando compreender as limitações, os avanços e as possibilidades de aprimoramento da gestão do Sistema Único de Saúde.

4. PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES PARA UMA GESTÃO EFICIENTE

Para reverter o quadro de insatisfação e otimizar a gestão do SUS, são propostas soluções viáveis, as quais envolvem inovação tecnológica, qualificação profissional, o fortalecimento do controle social e reestruturação dos processos administrativos.

Destaca-se ainda a necessidade de fortalecimento do financiamento e otimização dos recursos, uma vez que muitos dos problemas enfrentados têm origem em um subfinanciamento crônico, o que torna essencial o aumento real dos investimentos. Além disso, destaca-se a importância de uma gestão transparente e eficiente, da integração e coordenação intergovernamental aprimoradas, da valorização profissional, da otimização da infraestrutura e da transparência nas ações e decisões do sistema de saúde.

A implementação da tecnologia na gestão do SUS não é mais uma opção, mas uma necessidade. Sistemas integrados como o e-SUS e o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) permitem um melhor acompanhamento dos atendimentos, maior controle sobre o uso de medicamentos e mais eficiência na gestão de recursos. Além disso, tais ferramentas contribuem para a padronização das informações e facilitam a comunicação entre os diferentes níveis de atenção à saúde e promovem maior agilidade na tomada de decisões.

Diante desse cenário, destacam-se também o uso de tecnologias avançadas como o Big Data e a análise preditiva, que permitem a antecipação de demandas, a gestão proativa de riscos e a otimização da alocação de recursos. Por fim, destaca-se a importância da formação e valorização dos gestores públicos, com foco na capacitação contínua e especializada, como forma de garantir uma administração eficiente, ética e comprometida com os princípios do SUS.

A participação da sociedade na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas de saúde é um dos fundamentos do SUS. Os conselhos e conferências de saúde são espaços fundamentais para esse processo.

A participação social no SUS é um direito e um princípio organizativo estabelecido em lei. Seus principais meios são os conselhos de saúde, que constituem espaços permanentes e decisórios em cada nível de governo – municipal, estadual e federal – e as conferências de saúde, que ocorrem em intervalos regulares e funcionam como órgãos consultivos e propositivos. Além disso, mesmo que não estejam previstos claramente na lei, muitos municípios e unidades de saúde criam conselhos locais de saúde para aumentar a participação das pessoas mais perto da comunidade.

A formação e valorização dos gestores são essenciais para garantir a eficiência e a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde. A gestão em saúde pública exige conhecimentos específicos que vão além da administração tradicional, dessa forma, a formação de gestores no SUS deve incluir um conhecimento aprofundado sobre o funcionamento do sistema, além da competência em liderança, gestão da qualidade e segurança do paciente.

Investir na formação e valorização dos gestores representa, portanto, um investimento direto na qualidade do SUS, na otimização do uso dos recursos públicos, na promoção da integração entre os diferentes níveis de atenção e na liderança eficaz das equipes de saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os principais aspectos relacionados à gestão pública do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir da revisão teórica e da análise da realidade do sistema foi possível constatar que, embora o SUS represente uma das mais avançadas políticas públicas de saúde do mundo em termos de princípios, ainda enfrenta sérios obstáculos quanto à sua gestão.

Os desafios são diversos: subfinanciamento crônico, má distribuição de recursos, falta de integração entre os entes federativos, escassez de profissionais qualificados e deficiências estruturais nas unidades de saúde. Esses problemas são agravados pela complexidade da gestão pública no Brasil, marcada por burocracia, interferências políticas e falta de continuidade nas políticas de governo.

Esses desafios não são simples questões administrativas; eles impactam diretamente a capacidade do SUS de oferecer um atendimento de qualidade e em tempo hábil à população.

Entretanto, existem caminhos viáveis para a superação desses obstáculos, os quais devem se concretizar em pilares estratégicos fundamentais para o avanço da gestão pública em saúde. Para caminhar rumo a uma administração mais eficiente, é imprescindível que as estratégias incluam o aprimoramento do financiamento, o investimento em pessoas e infraestrutura, o uso estratégico da tecnologia e a gestão orientada a resultados.

O SUS é um instrumento essencial para o Brasil, porém, para que esses princípios se tornem benefícios concretos para cada cidadão, é fundamental que os desafios da gestão sejam enfrentados com determinação e planejamento. O futuro da saúde no país depende diretamente de uma gestão pública cada vez mais eficaz e alinhada às necessidades da população.

Dessa forma, investir em uma gestão pública comprometida é investir na melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo. Assim, o presente estudo alcançou seu objetivo ao analisar a estrutura de gestão do SUS, destacando os principais desafios e indicando possibilidades de melhoria na administração pública em saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e organização**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **SUS: a saúde do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br>. Acesso em: 2 nov. 2025.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção à saúde. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Rubens Araujo (orgs.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2001. p. 113-126.

DONABEDIAN, Avedis. A qualidade do cuidado: como pode ser avaliada? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 783-790, 2000.

FIOCRUZ. **SUS: um caminho para a saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://www.fiocruz.br>. Acesso em: 2 nov. 2025.

GIOVANELLA, Lígia et al. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

REZENDE, Fernando C. Financiamento do SUS: análise e perspectivas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, p. 1-7, 2018.

TEIXEIRA, Soraya Vargas Cortes. Políticas públicas de saúde no Brasil: entre a universalização e a focalização. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 167176, 2012.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon. A gestão do SUS: um olhar histórico e político. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, supl. 1, p. 1121, 2009.